

A pluralidade da pesquisa em Hannah Arendt: apresentação crítica do XIV Encontro Internacional Hannah Arendt

The plurality of research in Hannah Arendt: critical presentation of the XIV Hannah Arendt International Meeting

Nathalia Rodrigues da Costa¹, Tiago Lazier² Geraldo Adriano Emery Pereira³

INTRODUÇÃO

Neste Número Especial ‘Hannah Arendt’, a *Revista Ponto de Vista* cedeu à organização do XIV Encontro Internacional Hannah Arendt um espaço privilegiado para a publicação de parte dos trabalhos apresentados durante o evento deste ano de 2023. Em agradecimento ao espaço concedido, nós da organização do Encontro trazemos ao público leitor da revista uma apresentação que traça um panorama dos temas e dos principais argumentos mobilizados pelas autoras e autores dos trabalhos, a fim de ensejar a leitura e, quem sabe, despertar o interesse pelo pensamento da filósofa e teórica política, objeto do evento, Hannah Arendt.

Para aquelas pessoas que não conhecem o Encontro, gostaríamos de realizar um breve sobrevoo de contextualização de sua realização. O Encontro Internacional Hannah Arendt realizou na Universidade Federal de Viçosa (UFV) sua décima quarta edição entre os dias 17, 18 e 19 de maio de 2023. O Encontro possui a peculiaridade de receber pesquisadoras e pesquisadores de dentro e de fora do país, de diversas áreas da academia: da filosofia majoritariamente; da grande área das Ciências Humanas, da qual destacam-se a História e as Ciências Sociais; da Pedagogia; da Literatura e do Direito. Os trabalhos elencados para compor o presente número da *Revista* são representativos dessa diversidade.

É propriamente o caráter multifacetado do trabalho intelectual da autora que permite um diálogo e um interesse acadêmico interdisciplinar. Os escritos de Hannah Arendt abordam a *política*, seu tema originário de interesse, interligando discussões filosóficas; análises críticas de eventos históricos; discussões teórico-práticas acerca da Fundação e Constitucionalidade de formas de Governo e Estados, etc. Diante de um leque vasto de discussões que a autora é capaz de colocar em curso e do

¹Pós-doutoranda Universidade Federal de Lavras.

² Instituto Engajados de Tecnologias Colaborativas.

³Doutor em Filosofia UFMG; Professor do Colégio de Aplicação da UFV

aumento expressivo do interesse em suas obras – muito estimulado pela dinâmica dos atuais arranjos da vida política contemporânea, em particular a brasileira –, decidimos que seria oportuno que o *XIV Encontro Internacional Hannah Arendt* tivesse como tema “A pluralidade da pesquisa em Hannah Arendt”. Este tema tem a capacidade de, a um só tempo, colocar em questão o aspecto da diversidade dos estudos sobre o pensamento da autora, bem como colocar no centro da discussão um dos conceitos basilares de seu pensamento sobre a *política*, a pluralidade.

Nesta apresentação, dispomos os trabalhos em quatro seções. A organização em seções foi orientada pelos temas abordados em cada trabalho – representativos do conjunto da obra da autora – e levou em consideração que certos trabalhos têm a capacidade de expressar o próprio *fazer filosófico* de Hannah Arendt. Um *fazer filosófico* que é situado no seu tempo presente, preocupado em compreender as experiências políticas de seu próprio tempo, e preocupado em não separar por completo a autora, sua biografia, do objeto de análise de seu pensamento. Arendt não vacila ao declarar o fato de ser ela uma pensadora judia a debruçar-se sobre temas que têm no centro a figura política dos judeus. Com as linhas que se seguem, buscamos apresentar às leitoras e aos leitores uma coletânea de trabalhos que é representativa da pesquisa brasileira em Hannah Arendt, no que se pese as diferenças de fases das pesquisas – algumas em fase inicial, outras em andamento e outras já mais amadurecidas – e as diferenças qualitativas entre os trabalhos.

PODER, REPRESENTAÇÃO E CRISE POLÍTICA

A pluralidade é um *fato* da condição humana, afinal, a Terra e o mundo são habitados e compartilhados por pessoas no plural e não apenas pelo homem no singular (Cf. Arendt, 2020). Enquanto fato que caracteriza a vida humana, a pluralidade tem uma peculiaridade de extrema importância para Hannah Arendt: é aquilo da condição humana que torna possível e necessária a política. Em outros termos, a condição fundamental da política é a presença de outros, e de outros que são plurais, isto é, não apenas distintos uns dos outros, mas únicos e capazes de expressar e comunicar sua distinção única por meio da ação e do discurso. Arendt afirma inequivocamente: “A política baseia-se na pluralidade dos homens” e “trata da convivência entre diferentes” (Arendt, 2004, p. 21). Em acordo com Aristóteles, a autora não considera que a política pertença à essência humana; aliás, recusa uma abordagem essencialista dos homens, colocando no lugar da concepção de natureza humana a de condição humana, a fim de marcar que a existência humana é uma existência condicionada. Nesse sentido, seguindo Aristóteles, Arendt compreende que a política “surge no *entre-os-homens*” (2004, p. 23).

É precisamente nesse *espaço entre* que as categorias arendtianas têm lugar. A categoria do poder, por exemplo, está inserida nesse *espaço entre* da política e só pode se efetivar enquanto fenômeno

político porque está embasada na condição humana da pluralidade e na atividade humana que ocorre diretamente entre os homens, a ação (Cf. 2020, capítulo V, seção 28). É igualmente nesse espaço que trata da convivência das pessoas que se torna possível organizar corpos políticos e formas de governos, cuja noção de *representação* é emblemática. Por fim, também é no campo político que a pluralidade, enquanto categoria política representativa da diferença, é colocada em disputa e muitas vezes encontra-se ameaçada, em outras palavras, torna-se o objeto de crises políticas.

Os três trabalhos *O que é Poder? Uma aproximação entre Hannah Arendt e Norberto Bobbio*; *Entre Hannah Arendt e Norberto Bobbio: a ameaça da democracia representativa e a apolitização da sociedade*; e *O que leva a pluralidade a ser objeto de crises e rupturas políticas: reflexões e compreensões no pensamento de Hannah Arendt* trazem como objetos de discussão, respectivamente, as categorias políticas do poder, da representação e da pluralidade.

Os dois primeiros trabalhos de, respectivamente, Vinícius Faria Oliveira e de Pedro Henrique Corsini trazem, ambos, uma aproximação entre o pensamento de Hannah Arendt e o pensamento de Norberto Bobbio, teórico do direito e filósofo italiano que compartilha com a filósofa um objeto de análise comum: as experiências políticas do século XX. Oliveira fará essa aproximação a partir da abordagem da noção de poder em ambos os pensadores, visando colocar em discussão os fundamentos do Estado Democrático de Direito; e Corsini a fará a partir da abordagem da representação democrática, visando discutir a efetividade da participação política a partir de uma comparação entre o sistema representativo e a forma organizacional dos conselhos, emblemática do Capítulo 6 de *Sobre a Revolução* (1963).

Em *O que é Poder? Uma aproximação entre Hannah Arendt e Norberto Bobbio*, Oliveira salienta acertadamente que Arendt apresenta uma concepção de poder distinta daquela da tradição do pensamento político que, aproximando poder e violência, resumia o poder à relação de mando-obediência ou dominação de um homem sobre outro. Neste trabalho, Oliveira também reconstrói brevemente os argumentos de Arendt presentes no ensaio *Da Violência* (Cf. 2013 a) que mostram tanto a distinção entre poder e violência quanto a relação entre ambos dentro do campo político. Embasado em *Sobre a Revolução*, o autor também aponta, rapidamente, que para pensar a noção de poder, Arendt se apropria da tradição greco-romana de viés republicano, a partir da qual o poder constituinte (formado pelo conjunto das leis) é legitimado pelo poder constituído do povo quando este dá às leis o seu consentimento.

Voltando-se para a obra *Direito e Poder* de Bobbio, Oliveira busca reconstruir as linhas da argumentação do filósofo italiano de modo a mostrar que Bobbio considera poder e norma como duas faces da mesma moeda. Dessa relação entre poder e norma jurídica, segundo Oliveira,

concebe-se o conceito de poder jurídico: “a competência atribuída a um sujeito para elaborar normas jurídicas, sejam elas gerais ou individuais” (Oliveira, p. 7), e se abre uma discussão a respeito da legitimidade do ordenamento jurídico. Segundo Oliveira, Bobbio considera que tal legitimidade só é alcançada se ao conceito de poder jurídico somar-se a concepção de poder coercitivo, entendido como “um poder capaz de impor respeito pelas normas” (Oliveira, p. 9). Desse modo, a legitimidade do ordenamento jurídico estaria calcada tanto na validade objetiva quanto na efetividade do conjunto das normas jurídicas (Cf. Oliveira, pp. 9, 10).

No que toca à relação entre as concepções de poder de Arendt e Bobbio, Oliveira acredita que, embora a noção de produção jurídica presente na concepção de poder de Bobbio não esteja englobada na concepção arendtiana de poder, seria possível algum paralelo entre a noção de poder jurídico de Bobbio e a de poder arendtiano, entendido como “agir em concerto” (Oliveira, p. 11) (Cf. 2020). No entanto, Oliveira apenas aponta para a possibilidade desse paralelo, sem argumentar ou sustentar a contento sua hipótese interpretativa. Dado que o trabalho de Oliveira faz parte de sua pesquisa na pós-graduação, é de se esperar e supor que o paralelo apontado por ele seja desenvolvido até o final de sua pesquisa.

Já em *Entre Hannah Arendt e Norberto Bobbio: a ameaça da democracia representativa e a apolitização da sociedade*, Pedro Corsini aborda a questão da representação política, problematizada por Arendt fundamentalmente em *Sobre a Revolução* e por Norberto Bobbio em *O Futuro da Democracia* (1984). O cerne da discussão empreendida por Corsini é apontar como cada um dos pensadores problematiza o sistema representativo vigente em regimes democráticos, a fim de compreender e elucidar os possíveis problemas que tal sistema pode impor à plena realização do exercício democrático. Não se trata, nem em Arendt nem em Bobbio, de rechaçar o sistema representativo, mas de apontar certas práticas políticas como responsáveis por obstar a própria representação política, a participação ativa dos cidadãos nos assuntos públicos, e por contribuir para a criação de parcelas cada vez maiores de pessoas que não se interessam pelos assuntos públicos.

Além de abordar o panorama de críticas de ambos os pensadores ao modo como o sistema representativo se efetiva, Corsini se propõe a tratar da forma organizacional dos conselhos, abordada por Arendt, sobretudo na obra de 1963, como aquela capaz de garantir a participação nas decisões políticas daqueles que dela faziam parte. Segundo Corsini, a abordagem de Arendt dos conselhos tem como foco a:

ampliação dos espaços de participação, visando a construção de um ambiente que faça jus ao pluralismo em que se encontram os valores, ideologias e posições contemporâneas. Portanto, ela [Arendt] reconhece o caráter necessário e inevitável da democracia representativa, ainda que, bem como afirma Bobbio (1997), não seja suficiente nos moldes até agora estabelecidos (CORSINI, p. 6).

Corsini finaliza seu trabalho refletindo sobre as possíveis medidas que o conjunto da sociedade poderia tomar para, ao mesmo tempo, reduzir a apatia política, ou, como ele denomina, a *apolitização* da sociedade, e fomentar a participação política.

Em *O que leva a pluralidade a ser objeto de crises e rupturas políticas: reflexões e compreensões no pensamento de Hannah Arendt*, Antônio Justino de Arruda Neto apresenta um trabalho que, embora não responda propriamente ‘o que leva a pluralidade a ser objeto de crises e rupturas’, como se poderia esperar pelo título, aborda a centralidade da pluralidade para a política; e recapitula para as leitoras e leitores quais crises e rupturas Arendt aborda no conjunto das suas obras – “temos como exemplos: a crise do Estado-nação, o totalitarismo, crises da República, na educação e na cultura. O elemento comum nesses exemplos é a política e a vida dos membros do espaço público” (Neto, p. 11).

O cerne de seu argumento está em mostrar que a pluralidade, ao mesmo tempo que se coloca como barreira para as crises políticas (Cf. Neto, p. 13), também é ameaçada diante dos fenômenos da solidão e do isolamento. Nesse sentido, Neto recorda que a solidão foi emblemática da experiência dos campos de concentração durante o totalitarismo, mas não se restringe a essa experiência limite. Lembrando a argumentação de *A Condição Humana* (1958), o autor aponta que uma das marcas do mundo moderno, para Arendt, é a experiência da solidão, vivenciada durante a velhice e durante a atividade do trabalho. O isolamento, por sua vez, é apontado por Neto como marca da sociedade de massas. Nas suas palavras: “as massas e o totalitarismo são ameaças de fato à pluralidade e ao espaço público” (Neto, p. 9). Em suas considerações finais, o autor aponta a importância da categoria da natalidade para a manutenção da pluralidade e do próprio campo da política: “para evitar o fim da pluralidade, passando pelas crises na política, tem-se a capacidade de criar novos começos” (Neto, p. 14).

O PENSAMENTO PARTE DA EXPERIÊNCIA E A ELA SEMPRE RETORNA: O QUE IMPORTA É SER DO SEU PRÓPRIO TEMPO

Hannah Arendt abre *As Origens do Totalitarismo* (1951) com uma epígrafe de Karl Jaspers, em que se diz: “Não almejar nem os que passaram nem os que virão. Importa ser de seu próprio tempo”. Anos mais tarde, no prefácio de *Entre o Passado e o Futuro* (1968), a autora aborda o exercício de pensamento, especificamente de pensamento político, afirmando que “o próprio pensamento emerge de incidentes da experiência viva e a eles deve permanecer ligado” (2013 b, p. 41). Referindo-se aos quatro últimos ensaios da obra – *Crise na Educação; A crise na Cultura: sua importância Social e política; Verdade e Política; e A conquista do Espaço e a Estatura Humana* –

Arendt diz ter buscado aplicar o exercício de pensamento político “a problemas imediatos e correntes com que nos defrontamos no dia-a-dia, não, decerto, com o fito de encontrar soluções categóricas, mas na esperança de esclarecer as questões e de adquirir alguma desenvoltura no confronto com problemas específicos” (2013b, p. 42).

Os trabalhos de Alana Dourado Portes e de Daniel Arruda Nascimento, respectivamente, *O mundo apresentado às crianças brasileiras: reflexões arendtianas sobre os ataques contra escolas; e Verdade e política: vamos discutir a relação?* trazem o espírito de ambos os prefácios da autora. Fincados em seu próprio tempo e realizando o exercício de pensamento político proposto por Arendt, esses trabalhos são capazes de mobilizar o arcabouço conceitual da autora para pensar e compreender o *nosso* tempo presente: o brasileiro.

A partir da leitura desses trabalhos, o campo da filosofia tem algo a relembrar e recolocar em prática: a filosofia pode sim abordar fenômenos do presente, sem perder a qualidade do discurso filosófico, fazendo com que arcabouços conceituais de filósofas e filósofos consagrados sejam ora assertivamente relevantes contemporaneamente, ora desafiados e passíveis de crítica.

O trabalho *O mundo apresentado às crianças brasileiras: reflexões arendtianas sobre os ataques contra escolas* trata de um problema brasileiro imediato e de importância política indiscutível: os ataques dentro das e contra as escolas ocorridos entre 2002 e 2022 no Brasil. Nota-se que dos 12 ataques registrados nesses 20 anos, 6 deles ocorreram no intervalo entre 2018 e 2022, período em que o governo Federal, presidido por Jair Messias Bolsonaro, foi responsável pela proposta de vários decretos que flexibilizavam as normas do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003) e ampliavam o acesso à armas de fogo.

Diante do aumento expressivo dos ataques às escolas nesses últimos 4 anos, Portes apresenta dados quantitativos sobre o registro de posses de arma de fogo ativo entre 2017 e 2021 (Figura 1) e as análises qualitativas da pesquisadora Adriana Dias, especialista no avanço da extrema-direita no país. Colocando os dados e a pesquisa em diálogo, Portes defende haver uma “relação entre o aumento significativo da circulação de armas de fogo” e “o avanço de movimentos de extrema direita” (Portes, p. 2) nos estados onde os atentados ocorreram. Na sua análise, a confluência desses dois elementos construiu uma atmosfera propícia para os atentados.

Tendo em vista os elementos do aumento da circulação de armas de fogo e do avanço de grupos de extrema-direita, bem como levando em conta a principal motivação apresentada pelos autores para o cometimento dos crimes – *Bullying* e *Associação a grupos online de apoio a ataques* (Quadro 1) – a autora questiona a solução padrão do poder público para o tratamento do problema em nível estadual e federal: investimento em segurança pública. Segundo Portes, a exemplo dos casos de ataques e medidas de segurança tomadas nos Estados Unidos, o aumento do policiamento ostensivo nas portas e arredores de escolas e creches; uso de monitoramento por câmera, detectores

de metais e policiamento dentro das escolas não têm apresentado o resultado esperado da diminuição ou do impedimento dos ataques. Para Portes, o problema da medida de investimento em segurança pública é claro: esse investimento não dialoga ou não mira as motivações apresentadas pelos autores para a realização dos atentados e ataques às escolas. Nesse sentido, a autora defende, a partir do pensamento de Arendt, que, em lugar do aumento de investimento em segurança pública, o “caminho mais coerente, a nosso ver, passa por problematizar quais são as características do mundo comum; considerando que este é o mundo que tem sido apresentado às crianças brasileiras, e é o mundo pelo qual os adultos têm responsabilidade, cabendo a eles sua conformação e condução” (Portes, pp. 12,13). Inspirada no ensaio arendtiano *Crise na Educação*, Portes entrelaça os conceitos arendtianos de mundo comum, banalidade do mal e violência; e acrescentamos, o de responsabilidade política pelo mundo, a fim de defender que a crise brasileira na educação tem raízes políticas e, nesse sentido, o enfrentamento dessa crise deve se dar também pela via política. Nas palavras de Portes:

Arendt (2019, p. 238) nos aponta que a escola não é o mundo, mas o “representa em certo sentido” e, diante da ascensão dos movimentos neonazistas no Brasil, do amplo recurso a armas de fogo e munição, constatamos que a escalada da violência dentro e contra as escolas revela muito da representação do que o Brasil vem se tornando a cada ano. Além disso, destacamos que crises na educação não concernem apenas aos problemas sobre ensino-aprendizagem, sobre leitura e escrita; como nos aponta Arendt (2019), são problemas intimamente relacionado à política. (Portes, p.13).

Ao refletir sobre a questão que mobiliza o seu trabalho – “Quais são as características do mundo que se impõe às crianças vítimas de ataques nas escolas?” (Portes, p. 2) – a autora então afirma ser esse mundo não “um palco de trocas e interações humanas”, mas um mundo marcado por “violências sistematizadas, banalização do mal [entendida aqui como ausência de reflexão], descolamento do senso de pertença [das crianças e adolescentes] à comunidade imediata” (Portes, p. 14). Diante desse quadro, Portes conclui seu trabalho nos advertindo sobre o papel dos educadores – que note-se, para Arendt, não se restringe a professores e integrantes da instituição escolar, mas corresponde a todos aqueles que de alguma maneira introduzem as crianças no mundo público – como essencialmente um papel de responsabilidade pela permanência e estabilidade do mundo comum e um papel de responsabilidade por fazer com que crianças e jovens sintam-se pertencentes e acolhidos nesse mundo comum. Em outras palavras, a partir de Arendt, Portes adverte que essa responsabilidade política é de todos nós.

O trabalho *Verdade e política: vamos discutir a relação?*, assim como o anterior de Alana Portes, trata de um problema brasileiro (mas não só) imediato e de importância política indiscutível: os usos da mentira na política e suas possíveis consequências para a democracia, no

caso, a brasileira. Para abordar esse problema, Nascimento concentra-se no papel que a manipulação de cunho religioso sobre os fatos exerce sobre as pessoas, principalmente os ditos fiéis, colocando em prática, nas suas palavras, a “arte de mentir típica da modernidade política” (Nascimento, p. 1).

Nas primeiras páginas de seu trabalho, o autor explica a relação de seu artigo com outro trabalho apresentado no *XIV Encontro Internacional Hannah Arendt*. O trabalho de Leonardo Aires, intitulado *A distinção entre a verdade filosófica e a verdade factual, na ótica arendtiana*, ensinou a escrita de Nascimento e se torna uma porta de entrada à discussão de Arendt sobre a distinção entre os tipos de verdade – o racional, o filosófico ou científico e o factual – e a relação da verdade factual com a opinião e a mentira no campo político. Para as leitoras e leitores que não conhecem o ensaio *Verdade e Política* da autora, o trabalho de Aires sintetiza a discussão de Arendt e auxilia esse contato inicial com o ensaio em questão.

A partir da discussão de Aires sobre a conclusão de Arendt de que a verdade factual é o oposto da mentira, Nascimento relembra um apontamento da filósofa: a mentira tradicionalmente não é vista como um problema na política e, acrescenta Nascimento, raramente é considerada crime passível de punição pelo ordenamento político (Cf. Arendt, 2013b, p. 283; Nascimento, p. 4). Ainda recuperando os argumentos da autora, Nascimento aponta outras características da mentira na política, das quais destacamos: a sua relação com projetos políticos de monopólio de poder; a sua capacidade de rearranjar a trama dos fatos de modo a construir uma *outra* realidade cuja narrativa pode ser perfeitamente plausível, senão, ainda mais plausível do que seria a narrativa produzida a partir da realidade concreta dos fatos; o perigo de levar o mentiroso ao próprio autoengano.

Concentrando-se no papel da mentira na política, o autor privilegia em sua análise o uso da mentira em um contexto brasileiro específico, o das eleições presidenciais de 2022. Nesse contexto ele propõe adicionar ao rol das variedades da arte de mentir o que denomina de “lavagem cerebral de cunho político-religioso” (Nascimento, p. 7). Segundo o autor:

A lavagem cerebral que tomou conta de imensas parcelas da população brasileira em 2022 em favor do voto em Jair Bolsonaro, se não produzida, veiculada pelas chamadas igrejas evangélicas e por setores católicos conservadores, impactou profundamente o resultado eleitoral. Trata-se de uma variedade de mentira que exige que aqueles que mentem sejam os primeiros convencidos da mentira, onde a adesão cega não acontece sem uma integral entrega do coração. Mas o que seria a *lavagem cerebral*? Penso que um conjunto de ideias fortes repetidas à exaustão que eliminam drasticamente noções de realidade e crenças anteriores incompatíveis com elas. Essas ideias fortes, de fácil compreensão e transmissão, não precisam ser muitas, funcionam como pilares e o que resta no campo das ideias é acomodação da realidade vivida a elas, comprometidas com a formação de grupos e afetos (NASCIMENTO, p. 7).

Tendo em vista esse quadro político, Nascimento passa a problematizá-lo. Primeiro, argumentando a favor da laicidade do Estado – afirmando, inclusive, a importância do Estado Laico para a plena realização da democracia no país – e, em um segundo momento, o considerando como exemplar daquilo que Michel Foucault nomeou de modelo pastoral de *governamentalidade* (Cf. Nascimento p. 9 e ss). A partir de Foucault, Nascimento busca defender que há no país um recrudescimento do poder pastoral no “domínio das consciências e das linguagens, na imposição de opiniões verdadeiras e retas, na formação para a obediência” (Nascimento, p. 10), e, o que mais importa, busca defender que esse poder tem uma forte influência no campo político brasileiro. Segundo o autor, podemos atestar essa influência na ampla divulgação pelos meios de comunicação nacionais e internacionais do “impacto do voto conduzido por pastores religiosos no resultado das eleições presidenciais de 2022” (Nascimento, p. 10).

O trabalho de Nascimento nos coloca a refletir sobre o perigo político do modelo pastoral de *governamentalidade* embasado na mentira, especificamente a da lavagem cerebral. Nascimento adverte, por fim, que, enquanto ferramenta política, a lavagem cerebral apresenta o perigo de ser usada em qualquer pleito eleitoral “impedindo a livre formação de opinião no confronto público, aberto e plural de ideias distintas” (Nascimento, p. 12), e que tal perigo coloca a nós educadores pelo menos duas tarefas prementes: a de difundir informações baseadas nas verdades factuais e de se esforçar na educação de consciências que recusem a lavagem cerebral (Cf. Nascimento, p. 12).

A BIOGRAFIA ADENTRA À FILOSOFIA

O trabalho *O exercício de compreensão do mundo em Hannah Arendt: um olhar biográfico* traz uma chave de leitura da obra de Hannah Arendt bastante profícua: a de adentrar as obras da autora com um olhar biográfico e não apenas um olhar guiado pelo método estrutural de leitura – aquele que busca somente entender a arquitetura argumentativa do texto, desconsiderando os seus fatores externos, como os biográficos, os históricos e os econômicos. O trabalho mostra que muito da compreensão da arquitetura e dos meandros dos argumentos e posicionamento filosóficos-políticos de Hannah Arendt seria perdida se desqualificássemos e dispensássemos a sua estória. Levar em consideração que Arendt fora uma pensadora alemã judia e, em certo momento da vida também apátrida; que vivenciou, agiu politicamente e escreveu sobre e durante as experiências políticas da Europa do século XX, possibilita às leitoras e aos leitores dar um primeiro passo na direção de entender que, para Arendt, o exercício de compreensão do mundo é acima de tudo um exercício político. Nesse sentido, o trabalho de Nathália Giopato traz o arcabouço conceitual de Arendt situando-o em sua biografia e, o que é também interessante, destrinchando seus significados

a partir da abordagem do ensaio *Paz ou armistício no Oriente Médio*, escrito em 1948 pela autora judia. É notável que, ainda hoje, esse e os outros ensaios que compõem a obra *Os Escritos Judaicos*, traduzida para o português apenas em 2016, são pouco mobilizados pelas estudiosas e estudiosos, intérpretes de Hannah Arendt no Brasil. Como exceções notáveis, podemos citar alguns artigos⁴ de Odílio Aguiar e a tese⁵ de Nádia Junqueira Ribeiro. Nesta tese, a autora brinda os estudos de Arendt no país ao colocar os *Escritos Judaicos* no centro de sua pesquisa.

Em *Interconexão entre filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt*, a professora Maria Francisca Pinheiro Coelho propõe um exercício de pensamento que percorre troca de cartas, construções conceituais e revisitações à biografia da autora. Nesse percurso ela recolhe momentos significativos da obra arendtiana para analisar a relação do pensamento da “Teórica da Política” com as Ciências Sociais.

Suas análises são demarcadoras das provocações e da atualidade do pensamento de Hannah Arendt, a ponto de indica-la como uma pensadora que ainda pode auxiliar na compreensão do nosso tempo, e, mais precisamente, da experiência política contemporânea. É sobre *amor mundi* que esse texto nos põe a pensar.

AS OBRAS DE HANNAH ARENDT COMO PONTO DE PARTIDA PARA A COMPREENSÃO HISTÓRICO-LITERÁRIA

Em uma pouca usual, mas muito bem-feita ponte entre a literatura e o pensamento político de Hannah Arendt, André Nepomuceno apresenta em *Hannah Arendt explica José J. Veiga* como as análises da autora sobre os regimes totalitários, as formas autoritárias e ditatoriais de governo e a defesa de uma oposição entre os conceitos de poder e violência, são profícuas para se compreender os objetos temáticos de José J. Veiga. Tradutor e romancista brasileiro, notório na escrita de realismos fantásticos, o escritor nos legou uma série de romances nomeada de “ciclo sombrio”. André Nepomuceno no primeiro momento de seu trabalho sintetiza cada um desses pequenos romances para o público leitor, são eles: *A hora dos ruminantes* (1966), *Sombras de reis barbudos* (1972), *Os pecados da tribo* (1976) e *Aquele mundo de Vasabarro* (1982). E de modo muito

⁴ AGUIAR, A. O. A Lei e a Pluralidade em Hannah Arendt. *Pensando – Revista de Filosofia* (UFPI) Vol. 9, Nº 17, 2018. ISSN 2178-843X; _____. “Hannah Arendt e o Direito (Parte II): o outlaw e o direito a ter direitos” *KRITERION*, Belo Horizonte, nº 143, Ago./2019

⁵ JUNQUEIRA, R. N. *A distinção entre o social e o político em Hannah Arendt à luz da Questão Judaica*, 2022. Tese de doutorado, Unicamp.

perspicaz, Nepomuceno defende que as análises de Arendt ajudam a compreender cada um desses romances de Veiga.

Embora não esteja em questão se José Veiga leu ou não as obras de Arendt, em particular *As Origens do totalitarismo* (1951), Nepomuceno estabelece pontes entre as explicações de Arendt acerca das principais características em que se baseiam os regimes totalitários, autoritários e ditatoriais e entre os objetos de crítica e reflexão de José Veiga em cada um de seus romances. Ao estabelecer essas pontes, Nepomuceno faz com que nós, leitoras e leitores, compreendamos a trama de cada romance e como cada um deles espelha as reflexões de Arendt e as próprias experiências políticas do escritor; afinal, segundo Nepomuceno, Veiga foi “dos romancistas de sua geração, aquele que mais denunciou as arbitrariedades políticas do regime de exceção que esteve no Brasil entre 1964 e 1985” (Nepomuceno, p. 1). A partir da análise das obras de Veiga e Arendt, Nepomuceno deixa entrever que o literário e a filósofa apresentam um grande ponto em comum: suas obras, seja no campo da fantasia, seja no campo da filosofia, têm a capacidade de guiar o pensamento no caminho da compreensão do passado e, portanto, também do presente, porque estão alicerçados na realidade dos fatos históricos; no caso de Veiga, brasileiros (experiência ditatorial), e no caso de Arendt, europeus (experiências totalitárias).

Em um empreendimento similar ao de Nepomuceno – o de fazer com que as análises políticas e filosóficas de Hannah Arendt, seu arcabouço conceitual, sirvam de manancial para outras áreas do conhecimento, antes a Literatura, agora a História – Denilson de Cássio Silva nos apresenta um trabalho em que defende, nas suas palavras, que “as ideias de Arendt compõem, para estudos sobre genocídios, uma rica fonte epistemológica, ética e política – não raramente, apresentando uma desconcertante atualidade nesse século XXI.” (Silva, p. 3).

Mobilizando os conceitos de Arendt de *ideologia*, *terror*, *mal-radical* e *banalidade do mal*, centrais às obras *Origens do Totalitarismo* e *Eichmann em Jerusalém* (1963), o autor propõe analisar criticamente o genocídio de Ruanda ocorrido de abril a julho de 1994. Seu trabalho, *Ruanda é aqui, Ruanda não é aqui: contribuições de Hannah Arendt para a compreensão do genocídio ruandês*, é duplamente instrutivo. Primeiro, porque proporciona um diálogo e uma utilização profícua dos conceitos de Arendt em outras área que não a filosofia; segundo, porque nos permite um maior conhecimento de um evento histórico paradigmático; afinal, o caso de Ruanda foi considerado o último caso de genocídio do século XX.

Ruanda é aqui, Ruanda não é aqui, no entanto, não é apenas um trabalho de cunho histórico ou filosófico, ou ainda, histórico-filosófico; o autor traz o esforço de entrelaçar outras áreas do conhecimento e outros gêneros de escrita; esforço este que, aliás, é muito bem-vindo à filosofia em geral e aos estudos de Arendt em particular. Silva se vale da literatura para construir sua

argumentação. O relato biográfico, *Baratas*, de Scholastique Mukasonga, escritora tutsi sobrevivente do genocídio ruandês; e o romance *Murambi, o livro das ossadas*, de Boubacar Boris Diop, escritor senegalês que abordou o massacre de Ruanda, o ajudam a expor o processo de construção da ideologia hutus contra os tutsis; a ação coordenada do governo hutus para colocar em movimento a máquina de terror que eliminaria, em menos de três meses, quase toda uma etnia; e a ausência da capacidade de pensamento que dominou Ruanda durante o massacre.

A partir da mobilização da biografia de Scholastique Mukasonga, por exemplo, se torna possível abordar o processo de construção da ideologia hutu de cunho racista. Como mostra Silva, essa construção ideológica passava pela desumanização dos tutsis, de modo que o seu extermínio posterior fosse considerado um movimento natural e necessário; afinal, tinham sido retratados pelo governo hutu não apenas como supérfluos, mas como o inimigo interno que precisaria, uma hora ou outra, pela própria sobrevivência dos hutus, ser eliminado. Às leitoras e aos leitores de Arendt saltarão aos olhos as inegáveis semelhanças com o processo de construção ideológica e os mecanismos de terror que levaram ao Holocausto no início do século XX, analisados filosoficamente por Arendt em *Origens* e detalhadamente descritos pela autora em passagens emblemáticas de *Eichmann em Jerusalém*.

O romance de Boubacar Boris Diop, por sua vez, fornece concretude à banalidade do mal a partir dos relatos que o compõem, permitindo a Silva apontar a intrínseca relação entre a eficácia ideológica de tornar os tutsis e os hutus moderados completamente supérfluos, e a incapacidade de pensar daqueles que, de modo automático, se tornam meros executores de ordens, mesmo que a ordem fosse a do extermínio. É nesse entrelaçamento que reside a banalidade do mal.

A primeira parte do título, *Ruanda é aqui, Ruanda não é aqui*, não apenas parafraseia Caetano e Gil, como aponta o autor, mas nos lembra, como Arendt o fez, que “As soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários [...]” (1989, p. 511). Qualquer lugar está suscetível a ser Ruanda, ou, experienciar as soluções totalitárias, quando se permite a construção de um ambiente antipolítico marcado pela força coercitiva da ideologia sobre a capacidade de pensar, aliada à prática do terror, que pouco a pouco impede o exercício da liberdade humana de agir, até, finalmente, extingui-la por completo.

Sem ter um tom literário, *As pérolas entre os escombros: a questão da tradição no pensamento de Hannah Arendt*, sugere uma leitura singular sobre olhar arendtiano acerca da tradição.

Para os leitores de Arendt, a tradição é um tema clássico, muitos debates são feitos acerca do modo como a autora efrente esse assunto. A máxima “o fio rompido da tradição” muitas vezes dá o tom do modo como o tema ganha a atenção dos pesquisadores. No caso de Vctor Flohlich o olhar sobre a tradição passa por uma chave conceitual, que transita por dois caminhos distintos em termos

de pesquisa, a bastante explorada leitura da importância da pluralidade, como um conceito guia na obra da autora, e pela via, ainda pouco explorada, pelo menos em língua portuguesa, que é a da importância da reflexão de Jaspers nesse debate arendtiano sobre a tradição.

A aposta investigativa apresentada no texto é promissora, ela parte de um lugar comum na leitura da autora, porém abre um caminho de possibilidades ao explorar o tema da tradição por uma outra via conceitual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como abordado no início desta apresentação, buscamos fornecer ao público leitor um panorama geral dos temas e dos principais argumentos mobilizados pelas autoras e autores dos trabalhos apresentados no *XIV Encontro Internacional Hannah Arendt*, e compilados neste *Número Especial Hannah Arendt*. Gostaríamos ainda de reiterar que, como o próprio público terá oportunidade de perceber, os trabalhos expressam as diferentes fases da pesquisa brasileira em Hannah Arendt e sua diferença qualitativa.

Tendo em vista que os trabalhos aqui abordados são, de algum modo, representativos da pesquisa sobre o pensamento de Hannah Arendt no Brasil, gostaríamos de apontar certos padrões encontrados em alguns trabalhos e, assim, findar esta apresentação. O primeiro deles é o de a maioria dos trabalhos restringir-se à reprodução dos próprios argumentos da autora sobre um determinado tema.

Certamente a reconstrução argumentativa necessariamente deve fazer parte de qualquer texto que se enseja fidedigno à letra do texto do autor abordado, aqui, no caso, da autora. No entanto, é de se esperar que trabalhos de estudantes de pós-graduação, quando não de professores, além de realizar a reconstrução argumentativa de Arendt, sejam capazes de problematizar os temas abordados, seja em tom crítico à própria filósofa, seja relacionando-os, por exemplo, com problemas e experiências contemporâneas. Relembramos que alguns dos trabalhos aqui presentes realizam, ao menos, um dos tipos possíveis de problematização levantados acima.

O segundo padrão que gostaríamos de apontar é a inexistência de qualquer discussão interpretativa em relação ao arcabouço conceitual de Arendt. É indiscutível que o pensamento da autora recebeu, ainda durante sua vida, uma gama de críticas e foi objeto de disputas interpretativas. Essas disputas ocorrem até hoje, principalmente, em nível internacional, ainda que haja iniciativas brasileiras nessas contendas. No entanto, nenhuma dessas disputas interpretativas, nacionais ou internacionais, foram mobilizadas no conjunto dos trabalhos aqui apresentados, seja para reconstruir

o debate e situar o pensamento de Arendt dentro da literatura crítica, seja para que as autoras e os autores se colocassem como vozes interpretativas ativas nesses debates.

Mobilizar a literatura crítica não é uma obrigação, por óbvio, mas é um indicativo saudável de que os estudos brasileiros em Hannah Arendt sabem o que se têm produzido e discutido sobre a filósofa dentro e fora do país; e poderia representar, quem sabe, uma iniciativa de nossas pesquisadoras e pesquisadores de se colocarem também como referências nessas produções e discussões acerca do pensamento de Hannah Arendt.

O Encontro Internacional Hannah Arendt tem um papel fundamental e, podemos dizer, fundante na atividade de formação e divulgação intelectual do pensamento de Hannah Arendt no país. Nesta décima quarta edição do *Encontro*, trabalhamos para que as pesquisas sobre a filósofa no Brasil continuem a crescer e se qualificar ainda mais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. O. “A Lei e a Pluralidade em Hannah Arendt”. **Pensando – Revista de Filosofia** (UFPI) Vol. 9, Nº 17, 2018, ISSN: 2178-843X.

_____. “Hannah Arendt e o Direito (Parte II): o outlaw e o direito a ter direitos” **KRITERION**, Belo Horizonte, nº 143, Ago./2019, p. 403-415.

ARENDDT, H. **A Condição Humana**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

_____. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2013 a.

_____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2013 b

_____. **O que é política?** Edição de Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany, 5ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Sobre a Revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

JUNQUEIRA, R. N. **A distinção entre o social e o político em Hannah Arendt à luz da Questão Judaica**, 2022. Tese de doutorado, Unicamp.